

poema — de «desvio» e de «tensões» (p. 47) — e é nesse risco que a vida tem sentido. Por outras palavras, não há poesia sem sujeitos vulneráveis de carne e osso. Os poemas de Ana Luísa Amaral, como toda a poesia que vale a pena ler, são risco também para os seus leitores, na liberdade — e nos limites — da linguagem poética. Como quando dois desses poemas, em *Epopéias*, elegem Descartes, o filósofo dos limites por excelência na tradição ocidental, como sua personagem principal: um deles fala justamente da ambiguidade libertária que a linguagem empresta aos limites cartesianos do dizer (corrente — é de ferro ou de água? o canto é de cantar ou de parede? pp. 25, 27); o outro faz explodir a constrição do cartesiano «penso, logo existo» no mal-estar de ser: «Assim existo», lemos em «Mal penso, logo existo», «porque penso mal» (p. 55).

As mais das vezes, é a própria poesia, na consciência crítica da autora, o pretexto do poema: «Escrevo / num espaço ausente de certezas» (p. 54), ou, «guardo / por romântico desvio / que me invada a poesia» (p. 21), ou ainda, «o texto em rodopio / e cada vez mais tonto» (p. 39). Mas, por isso mesmo, sempre a poesia é indissociada da vida vivida — e do amor, essa grande metonímia poética da vida.

Uma das partes mais bem conseguidas deste livro intitula-se «Inocentíssimos plágios». Já os tínhamos encontrado em livros anteriores, mas nunca como aqui, os «inocentíssimos plágios». O poema que dá o título a esta secção retoma um dos mais belos poemas de amor do inglês do século XVII, John Donne, e recria-lhe o erotismo, lenta e deliberadamente saboreado na repetição demorada do texto. Os restantes são-lhe glosa no deslumbramento dos «jardins suspensos» da paixão (p. 71): «sei o teu carro de cor» — «(etimologicamente: / por dentro do coração)» (p. 60); ou, «a tarde está (cinzenta) e tu não estás» (p. 72); ou, «De pé sobre o abismo / e não morri» (p. 70).

Estes últimos versos são de «Orfeu do avesso». O «avesso» já vem de trás, de «Coisas de partir». Aparecera, discreto, em «Título por haver» (p. 71): «preciso de escrever-te / do avesso / para te amar em excesso». Mas em *Epopéias* é imagem recorrente e ganha dignidade de título: «Orfeu do avesso», que já vimos, e «Avesos contos de fadas». É preciso coragem para «virar o forro às palavras», ensinou-nos Vítor Matos e Sá, espreitar por detrás do que dizem para o libertar. Só assim saberemos, como sugere Ana Luísa Amaral, nesse belo poema que é «Avesos contos de fadas», que afinal o Romeiro é mesmo Ninguém-ninguém...

Maria Irene Ramalho de Sousa Santos

169

---

Jean Weiler e Bruno Carrier,  
*L'Économie Non Conformiste  
en France au XX<sup>e</sup> Siècle*,  
Paris, PUF, 1994.

---

Começemos por preceder a apresentação do conteúdo deste livro de dois conjuntos de perguntas, esperando que, no fim, seja evidente a sua relação mútua.

Eis o primeiro conjunto.

De que falamos quando, hoje em dia, falamos da *tribo* dos economistas? Falamos de um grupo com um discurso uniforme, legitimador da racionalidade instrumental do capitalismo, assente nos mesmos padrões técnicos de raciocínio e crescentemente transnacionalizado? Isto é: existe apenas *uma* tribo de economistas cujos rituais os leigos supõem historicamente unificados pelos mesmos procedimentos?

O segundo conjunto de perguntas é o seguinte. Como é que hoje se estabelece o

debate interno dentro da ciência económica? Há tendências estabelecidas para um debate plural? Esse debate ocorre por segmentos nacionais ou por segmentos problemáticos? É possível identificar algumas zonas fortes de discussão que influenciam diferentes tradições?

Vou procurar responder a estas questões, estando bem de ver que a formulação do segundo conjunto de perguntas supõe implicitamente certas respostas ao primeiro.

As perguntas iniciais são, obviamente, banais e retóricas. Quando se trata de pôr as questões no seu tempo longo é conhecido que é velha a conflitualidade interna da ciência económica. Isso apenas se pode ofuscar quando olhamos para o imediato. Porque é certo que a hegemonia das correntes dominantes se foi estabelecendo solidamente, à própria medida que o discurso económico foi usado pelo seu exterior como legitimador e a sua carga técnica se acentuou e passou a ser sinónimo de erudição. Nunca houve, portanto, uma tribo, houve várias tribos. E quem sabe isso melhor que ninguém são os próprios economistas, mesmo que alguns o finjam ignorar por sobrançeria. Os leigos é que, por vezes, o podem desconhecer, (voluntariamente) submetidos ao peso hegemónico da economia *standard*.

O que hoje importa saber é que sinais assume esta conflitualidade ou, se se preferir, este debate plural. Vou pressupor que o segundo conjunto de questões não é tão banal como o primeiro. Numa visão muito pessoal direi que o debate económico hoje é fortemente marcado por duas circunstâncias. Uma conjuntural e outra de longa duração, a que deve acrescentar-se uma terceira que é fruto de resultados já não apenas internos à ciência económica mas sobretudo produto de bons métodos interdisciplinares.

A circunstância conjuntural (própria dos anos noventa e muito marcado pelos debates americanos contemporâneos da caminhada de Clinton para a Casa Branca<sup>1</sup>) é a que retira a tradição keynesiana da *ressaca* que lhe foi imposta pelas mais ortodoxas correntes, culturas do mercado e da não-política económica, redutoras do económico à noção mais radical e dura (o monetarismo, a corrente dos *supply siders*, a das expectativas racionais). O momento é, pois, o de uma conjuntura crítica favorável ao pensamento keynesiano, à coordenação das políticas económicas, à re-ligação público-privado. É uma conjuntura importante que não deve ser remetida para a natureza de uma simples querela entre economistas «duros».

A circunstância estrutural é a que remete para um património da longa resistência à noção estreita de *homo oeconomicus*, ao entendimento do modo de formação das preferências e da decisão, ao individualismo metodológico, às funções da interdisciplinaridade. Tem vários nomes esta tradição, mas um dos mais emblemáticos é o do institucionalismo americano<sup>2</sup>, sobretudo do que se chama o «velho» institucionalismo. Institucionalistas são todos aqueles economistas que, mesmo sem «o saberem», isto é, sem assim se designarem e sem seguirem necessariamente a literatura muito específica em que se alimenta o debate, rejeitam os axiomas redutores e normativos da economia *main stream*. Aquele institucionalismo tem uma longa capacidade de resistência e é uma tribo muito unida e cheia de rituais: tem o *Journal of Economic*

<sup>1</sup> Veja-se a recensão que fiz para *Notas Económicas — Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*, nº 4, 1994, a propósito de um livro de Paul Krugman.

<sup>2</sup> Um exemplo desta perspectiva está no livro de Geoffrey M. Hodgson, acabado de publicar em Portugal, *Economia e Instituições*. Oeiras, Celta, 1994.

*Issues*, atribui anualmente o *Veblen-Commons Award*<sup>3</sup>, organiza-se na *Association for Evolutionary Economics*. Trata-se de uma tradição alheia e até hostil ao pensamento neo-clássico, porque a sua principal pedra-de-toque é a discussão acerca da racionalidade económica e a proposta da interdisciplinaridade.

Mas ao lado deste há outro institucionalismo, chamado o «novo institucionalismo», muito mais conhecido, porque assenta em nomes como Douglass C. North, Ronald H. Coase (ambos prémios Nobel de anos recentes) ou Oliver E. Williamson, construiu a chamada «economia dos custos de transacção» e está na base de muita da investigação económica contemporânea que discute as formas organizacionais do capitalismo, a empresa, a contratualidade. Trata-se de uma escola interessante, rica mas problemática para quem tem uma visão crítica da economia. É que ela compatibiliza-se com a visão neo-clássica (isto é, parte dela e quer salvaguardá-la). Trata-se, portanto, de uma corrente que sendo criativa não desafia nada: é conformista e conforante (para que antecipemos a terminologia sugestiva da obra que serve de pretexto a esta recensão), assenta no individualismo metodológico e na «mão-invisível» do mercado.

Claro que um dos créditos e, até, um dos elogios a fazer a esta economia é que ela gera dissidências muito mais ricas ainda. De facto, há hoje uma investigação «para lá» da economia dos custos de transacção, tributária de nomes como os de Herbert Simon, que lida com questões como as do poder na organização económica ou as dos limites da racionalidade e se coloca claramente numa posição teórica e epistemoló-

gica crítica e não-convencional. Ela é, em muito, uma das sedes próprias da terceira circunstância a que acima aludi quando falei do debate plural na ciência económica de hoje (a dos bons métodos da interdisciplinaridade).

Com todas estas referências, aliás de raiz anglo-saxónica, como é que entra o livro a recensear, totalmente *franco-français*? Entra, desde logo, pela resposta a uma das questões iniciais: o debate interno à economia procede ainda muito por segmentos nacionais (ou, mais genericamente, por tradições separadas como a anglo-saxónica e a francófona).

Pois é certo que este livro se apresenta desde logo através do seu objecto muito preciso: o estudo das correntes económicas de língua francesa que assumiram a forma de uma «segunda tradição paralela», «sempre crítica perante as grandes correntes económicas dominantes (o liberalismo neo-clássico, o keynesianismo, o próprio marxismo)».

E o propósito do livro é duplo: recriar a memória dessa tradição, unificada sob esta perspectiva, manifestando-se assim contra um esquecimento lamentável; mostrar que, para além das individualidades brilhantes, há estruturas de pensamento que conferem uma «coerência impressionante» e geraram na economia francesa deste século um «não-conformismo cumulativo». Procura, portanto, mostrar que a diversidade é um dado forte do pensamento económico deste século, que tal diversidade se organiza de forma entendível e que é possível recensear os seus contributos através de (e em alternativa a) questões problemáticas importantes.

Quem são os não-conformistas franceses, estes cultores de uma alternativa às correntes dominantes, e o que é que os põe em comum? O primeiro deles é Walras, o

<sup>3</sup> Fê-lo a nomes como Allan G. Gruchy, John Kenneth Galbraith, David B. Hamilton, Kenneth H. Parsons, Philip A. Klein, Wallace Peterson ou Ray Marshall.

mesmo da ortodoxia «walraso-paretiana» mais divulgada, que aqui tem lugar pela relevância dada à amplitude, menos conhecida, da sua obra, pela forte ligação a Charles Gide e à economia cooperativa. Com eles vêm aqueles que se manifestaram contra uma economia pura estática, desligada da economia aplicada, da economia social, de uma teoria da distribuição.

172

A uma economia walrasiana global, seguem-se aqueles que iniciaram uma boa tradição francesa sobre a teoria das crises (ainda hoje motivo fundador de escolas como a da regulação), isto é, sobre a inexistência de equilíbrios automáticos no funcionamento económico. Afinal todos os passos antecedentes daquilo que os autores chamam a galáxia ISMÉA<sup>4</sup>, o pólo não-conformista por excelência, capaz de ligar as marcas do início e do fim deste século na investigação económica francesa. Ele representa «a junção de duas das principais filiações não-conformistas de língua francesa, cada uma exprimindo um aspecto complementar da mesma tradição. O primeiro ramo prolongou a influência de Léon Walras através da de um discípulo heterodoxo, Etienne Antonelli, que influenciará directamente François Perroux, fundador do ISEA. A segunda linha não-conformista é incarnada por Sismondi, e por Albert Aftalion e Bertrand Nogaro» (pág. 85).

O ISMÉA é pois um caso de «sinergias interpessoais» que se prolongam em numerosas criações partilhadas. E aqui chegados é tanto de François Perroux que se deve falar, quanto de «um espaço atractivo», uma galáxia, o que mostra, aliás, que a criação inovadora se faz sempre e inevitavelmente neste cruzamento contingente, sem ponto

definido, da acção de personalidades individuais marcantes e de contextos colectivos.

As três revistas do Instituto (*Economie et Sociétés*, *Economie Appliquée* e *Mondes en Développement*), revelam os diversos campos problemáticos por onde a influência do pensamento crítico se vai espalhando, em relação, aliás, com outras influências não-francesas, por exemplo, as que estiveram ligadas, depois da segunda guerra mundial, à constituição da disciplina *Economia do Desenvolvimento*, uma terceira espécie, alheia simultaneamente às correntes neo-clássicas e keynesianas, no momento em que esta última tendia a ganhar forte hegemonia.

É assim que se consolida a economia do trabalho, com Henri Bartoli, as questões do desenvolvimento agrícola, com J. Klatzmann e L. Malassis, as relações económicas internacionais, com Maurice Byé e o próprio François Perroux, a história do pensamento económico e a epistemologia da economia, com Hubert Brochier, para além de várias outras áreas, revelando-se também a presença do que os autores chamam «uma sinergia conceptual».

Um caminho longo que, sem se ligar em cada ponto, converge para as heterodoxias deste fim de século, representadas em três grandes áreas de discussão: a corrente da regulação, os «anti-economistas» e as abordagens metodológicas da análise sistémica, das ciências da cognição e da prospectiva. Elas são os sinais de um pensamento não-conformista disperso, em transformação profunda<sup>5</sup>, e a necessitar, como se propõe, de uma atitude federadora. O capítulo final é-lhes inteiramente dedicado e

<sup>4</sup> O ISMÉA é a designação adoptada depois de 1972 pelo *Institut de Sciences Économiques Appliquées-ISEA*, criado em 1943 por François Perroux. O M da nova sigla é de Matemáticas.

<sup>5</sup> Sobre a renovação do pensamento regulacionista ver dois importantes artigos de R. Boyer em *Notas Económicas – Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*, nº 3 e nº 4, 1994.

é uma peça importante acerca do que de mais interessante há na investigação francesa contemporânea, aliás, uma investigação cada vez mais internacionalizada, mantendo, contudo, algumas das virtualidades que lhe são próprias, muitas vezes cheias de valor criativo, quando comparadas com as de sede anglo-saxónica, frequentemente mais convencionais.

Três notas finais: Uma sobre a terminologia: não é essencial mas merece elogio esta ideia, presente no termo não-conformista, de que há uma capacidade longa de resistência na investigação económica. O livro mostra que ela merece ter uma memória, a qual se obtém pela evidência dos seus sinais de coerência. O facto de se definir pela negativa não ilude o sentido da luta e também não esconde que a agregação, sendo possível, se baseia sobretudo na recusa dos padrões e implica intuições e problemas de investigação muito diversos.

Outra nota sobre a estrutura do próprio livro: para além da introdução e dos quatro capítulos (Walras, Antonelli e Simiand, para ilustrar o debate crítico sobre a economia pura estática, o primeiro; Albert Aftalion e Bertrand Nogaro, sobre as crises e os equilíbrios automáticos, no segundo; o ISMÉA e Perroux no terceiro; as correntes contemporâneas, no último), há no final um repertório dos investigadores contemporâneos, um «quem-é-quem» bio-bibliográfico dos não-conformistas franceses, dos já citados a Michel Aglietta, Robert Boyer e Alain Lipietz, passando por Maurice Allais, Allain Cotta, Louis Dumont, Ignacy Saches, Gérard Destanne de Bernis e Pierre Dockès e chegando a André Orléan, Pierre Rosanvallon, Alexis Jacquemin, Michel Beaud, Michel Albert e Jean Pierre Dupuy, para só anotar alguns dos mais referenciados em Portugal.

A nota final é sobre os autores: Jean Weiller é um professor de 90 anos, especialista de economia internacional, criador da

noção de «preferências de estrutura» que, com a de «grande unidade interterritorial» de Maurice Byé, esteve muito presente na investigação de Perroux sobre os «efeitos de dominação». Bruno Carrier é um jovem investigador de um pouco mais de 30 anos, que trabalha sobre economia multidimensional e política económica internacional.

José Reis

173

---

Malcolm Waters, (1994),  
*Modern Sociological Theory*,  
London, Sage.

---

A sistematização e análise do pensamento sociológico é uma tarefa que de um modo geral tem ocupado um papel importante no labor intelectual dos sociólogos ditos teóricos. Desde o trabalho clássico de Pitirim Sorokin, *Contemporary Sociological Theories* (1928), até aos dias de hoje, encontramos uma multiplicidade de propostas de organização das teorias sociológicas. De uma forma ou de outra, podemos dizer que estas propostas sempre sofreram as influências dos quadros teóricos historicamente dominantes, gerando-se uma relação dialéctica de mútua dependência entre as «estruturas» teóricas existentes e o modo como são ordenadas. Num contexto teórico como o actual, caracterizado pela ausência de paradigmas dominantes e pelo eclectismo e pluralidade das abordagens teóricas da sociologia, foram-se multiplicando igualmente os critérios de «categorização» teórica utilizados pelos que, operando num registo de organização/sistematização (Carriho, 1982, 1987) do conhecimento/saber sociológico, procuram proceder à sua identificação, ordenação, classificação, comparação e análise.

A Sociologia do Conhecimento, a Sociologia da Sociologia e a Análise Metateórica (sobretudo esta última), ao tomarem por objecto de estudo a relação entre o conhe-